MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO –
***CAMPUS* SERRINHA**

CARLOS LEANDRO DA SILVA MATOS

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS PARA AS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

SERRINHA - BA
2021

CARLOS LEANDRO DA SILVA MATOS

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS PARA AS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Serrinha, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

Orientador(a): Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes

SERRINHA - BA
2021

Ficha Catalográfica

CARLOS LEANDRO DA SILVA MATOS

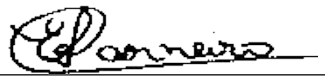
IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS PARA AS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Serrinha, como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas.

APROVADO EM 13/10/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. M.Sc Marcio Rodrigo Caetano de Azevedo Lopes (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)



Prof.ª. Ma. Etiene Santiago Carneiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano)

Prof.ª. Ma. Adriana Carneiro da Silva
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

SERRINHA - BA
2021

Dedico esse artigo primeiramente a minha mãe, mulher, nordestina, guerreira que sempre lutou pela educação de seus filhos, a minha noiva Adeilma Porcino, por me estimular na busca de conhecimentos, dedico também aos professores que dedicam-se a promover um ensino de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, depois a minha família e minha noiva, manifesto também meus agradecimentos aos meus queridos professores pela dedicação de anos, que nos estimularam durante esse processo, um agradecimento em especial para o meu orientador: Marcio Caetano, pela dedicação e empenho nas orientações.

“*Lembre-se que as pessoas podem tirar tudo de você, menos o seu conhecimento*” Albert Einstein.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alguns benefícios gerados pela gestão de custos..... 29

Figura 2 - Ilustração do ponto de equilíbrio..... 32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entres empreendimento cooperativo e empresa convencional.....19

Quadro 2 - classificação dos gastos conforme Martins (1990) 24

Quadro 3 - Critérios de inclusão e exclusão 26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estabelecimentos rurais da agricultura familiar por estado – Brasil 16

Gráfico 2 - Produtores associados às cooperativas e percentuais de estabelecimentos rurais familiares.....20

Gráfico 3 - Escolaridade dos produtores agropecuários – Brasil 33

SUMÁRIO

1 Introdução 14

2 Referencial Teórico 15

2.1 A agricultura familiar a partir do contexto nacional 15

2.2 A importância das cooperativas para a agricultura familiar 18

2.3 Gestão de custos: conceitos e aspectos importantes.....21

3 Metodologia.....26

4 Resultados e Discussão 27

4.1 A gestão de custos e as cooperativas da agricultura familiar.....27

4.2 As cooperativas e seus desafios no uso da gestão de custos 30

5 Considerações Finais 34

Referências 35

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE CUSTOS PARA AS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR[1]

THE IMPORTANCE OF COST MANAGEMENT FOR FAMILY FARMING COOPERATIVES

Carlos Leandro da Silva Matos[2]

RESUMO

As cooperativas da agricultura familiar é um importante setor da economia, sendo uma grande referência no setor agropecuário, por abastecer a mesa de milhões de brasileiros com uma diversidade de produtos alimentares e por se apresentar como fonte de trabalho e renda à muitas famílias agricultoras, além de estimular o desenvolvimento socioeconômico de várias regiões. Desse modo, é importante que as cooperativas desenvolvam uma gestão de custos no sentido de manter a sua sustentabilidade econômica e financeira. Assim, o objetivo deste estudo é demonstrar a importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. Para o alcance desse objetivo, utilizou-se literatura especializada com base em artigos, livros, Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outros. A partir das discussões abordadas, percebeu-se que uma gestão de custos adequada pode oferecer informações precisas sobre custos nas atividades desenvolvidas, além de ser uma excelente fonte de informação para a tomada de decisões de cunho gerencial nas cooperativas da agricultura familiar. A análise aqui apresentada demonstra: Limitado referencial bibliográfico sobre o tema e a necessidade da superação de determinados obstáculos que inviabilizam o uso dos sistemas de custeio nas cooperativistas.

Palavras-Chave: Gestão de Custos, Cooperativas, Agricultura familiar.

ABSTRACT

Family farming cooperatives are an important sector of the economy, being a great reference in the agricultural sector, for supplying the table of millions of Brazilians with a diversity of food products and for presenting themselves as a source of work and income for many farming families, in addition to to stimulate the socioeconomic development of various regions. Thus, it is important that cooperatives develop cost management in order to maintain their economic and financial sustainability. Thus, the aim of this study is to demonstrate the importance of cost management for family farming cooperatives. To achieve this objective, specialized literature based on articles, books, Course Conclusion Works, among others, was used. From the discussions discussed, it was realized that proper cost management can provide accurate information about costs in the activities developed, in addition to being an excellent source of information for decision-making of a managerial nature in family farming cooperatives.

---

[1] Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em formato de artigo que atende às normas da Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC - ISSN 2359-0432.

[2] Graduando em Tecnologia em Gestão de Cooperativas do Instituto Federal Baiano IF baiano, e-mail: leo-mattos25@hotmail.com, ORCID: https://orcid.org/0000-0001-6584-1028

The analysis presented here demonstrates: Limited bibliographic reference on the subject and the need to overcome certain obstacles that make the use of costing systems unfeasible in cooperativists.

Keywords: Cost Management, Cooperatives, Family Farming.

1 Introdução

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, tendo um grande reconhecimento no setor agropecuário, e sendo fonte de ocupação de renda para milhões de brasileiros, o setor agropecuário brasileiro está dividido em agricultura patronal e a agricultura familiar. Segundo Ploeg (2014) a agricultura familiar possui técnicas produtivas e sustentáveis que são simples, inovadoras e possui determinados dinamismos sociais, econômicos, culturais, entre outros. Além fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais. De acordo com o IBGE (2017) o pequeno agricultor familiar é responsável por fornecer boa parte do que o brasileiro consome de alimentos diariamente.

Entre os principais mercados que esses agricultores utilizam, de acordo com Delgado e Bergamasco (2017), estes variam de mercados institucionais a mercados locais. As cooperativas têm um papel de fortalecimento para esses agricultores, conforme abordam Costa, Amorim Junior e Silva (2015) e segundo Benato (2003) o cooperativismo luta por causas igualitárias, como a autogestão, que é um processo participativo presente nas cooperativas. Já Freitas (2018), defende que o cooperativismo traz uma série de benefícios aos seus cooperados.

Neste contexto socioprodutivo que atuam as cooperativas da agricultura familiar, a importância da gestão de custos torna-se bem pertinente (SOUZA FILHO et al. 2004). Conforme abordam Estevam et al. (2012) a organização dos agricultores em cooperativas colabora para a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Por sua vez, Martins (2003) aborda que a gestão de custos é um sistema que pode ser utilizado em áreas agrícolas, mas difere a sua usualidade de outras áreas econômicas. Conforme Bacic et al. (2011) a gestão de custos vai além de necessidade contábil, ela é uma necessidade administrativa, pois busca entender os custos nas atividades produtivas das organizações.

Alguns métodos são importantes para serem observados no tema da gestão de custos. O método de custeio por absorção, conforme Bacic et al. (2011), é utilizado para a distribuição de todos os custos das atividades produtivas. Já o método de custeio variável, de acordo com Martins (2010), é uma excelente forma de identificar os custos das atividades e dos processos, possibilitando uma visão mais ampla. Também cabe reforçar a importância do Custeio Baseado em Atividades que, conforme Bacic et al. (2011), é baseado a calcular os custos indiretos das atividades por setor.

Desse modo, as cooperativas da agricultura familiar podem utilizar os métodos de gestão de custos com a finalidade de tornar-se mais competitivas, fazendo necessário o uso eficiente destes métodos. De acordo com Sens (2011), a gestão de custos fornece apoio para a analisar e interpretação de diversas informações, com o desígnio de garantir a sustentabilidade organizacional. As cooperativas da agricultura familiar necessitam de adequações para as mudanças sucessivas dos mercados consumidores em que atuam e necessitam competir frente a outros concorrentes (ANDRADE; ALVES, 2013).

O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar. Para o alcance deste objetivo, este trabalho baseou-se em literatura especializada sobre o tema da gestão de custos, agricultura familiar e cooperativas da agricultura familiar. Do mesmo modo, este estudo se justifica no sentido de suprir uma lacuna de pesquisa sobre o tema.

Este trabalho está dividido, além desta seção de introdução, em mais quatro seções. A segunda seção apresentamos o referencial teórico que traz uma abordagem sobre agricultura familiar, cooperativismo e gestão de custos. Já a seção três, está apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

Em seguida, na seção quatro, apresentamos os resultados e discussões, que aborda a importância da gestão de custos e as cooperativas da agricultura familiar, bem como os desafios no uso da gestão de custos. Por fim, na seção cinco, estão apresentadas as considerações finais com uma breve discussão sobre o tema pesquisado.

2 Referencial Teórico

2.1 A agricultura familiar a partir do contexto nacional

No Brasil a produção agropecuária é desenvolvida por dois principais setores: a agricultura patronal e a agricultura familiar. A agricultura patronal é aquela que utiliza massivamente as possibilidades tecnológicas disponíveis para a produção em escala, além de possuir trabalhadores contratados fixos ou temporários em propriedades de tamanhos médios ou grandes.

Um aspecto a se destacar é que esse tipo de propriedade prioriza o monocultivo de culturas voltadas à exportação, como por exemplo: soja, milho, algodão, entre outras. Já na produção oriunda da agricultura familiar, o manejo da terra é realizado por pequenos grupos de trabalhadores rurais geralmente pertencentes a uma mesma família, sendo esse núcleo familiar a mão de obra predominante na produção e, mesmo não dispondo de tantos recursos tecnológicos, contudo, detém uma forte característica em torno da diversificação da sua produção (ALVES, 2019).

O Brasil possui uma Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, a Lei **nº 11.326/2006.**

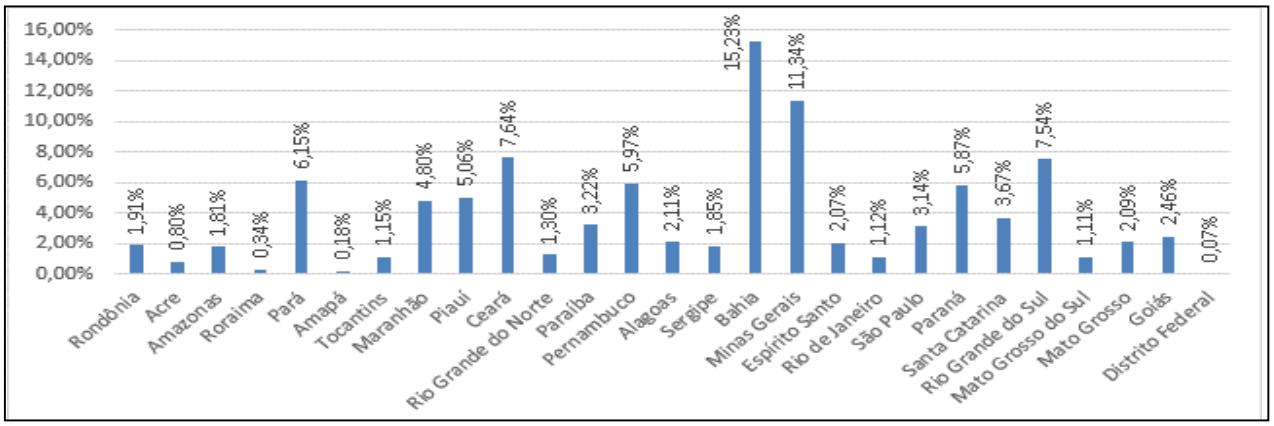
> Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) (BRASIL, 2006)

Conforme Sauer (2008) contrapor o mito da superioridade econômica da agricultura patronal, é essencial para o fortalecimento da agricultura familiar. De acordo Ploeg (2014, p. 7) “a agricultura familiar não é definida pelo tamanho da área cultivada, mas pela forma que as pessoas plantam e vivem”. A agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. Conforme observado nos dados do último Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017, o Brasil detém pouco mais

de cinco milhões estabelecimentos rurais, destes, quase 77% são essencialmente familiares (IBGE, 2017) e estão dispersos em todo o país, conforme ilustra o Gráfico 1. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupa aproximadamente cerca de 80,9 milhões de hectares, o que representa cerca de 23% da área utilizada para desenvolver atividades agropecuárias. Contudo, mesmo ocupando uma área de 23% do território do país, a agricultura familiar é responsável por aproximadamente mais de 15 milhões de pessoas ocupadas no campo, o que representa 67% dos trabalhadores do setor agropecuário (IBGE, 2017).

É importante afirmar que cerca de 70% dos estabelecimentos da agricultura familiar têm área entre 1 e 50 hectares (IBGE, 2017). O Gráfico 1 demonstra o percentual de empreendimentos rurais da agricultura familiar por unidade federativa.

Gráfico 1 - Estabelecimentos rurais da agricultura familiar por estado - Brasil



Fonte: IBGE (2017).

Conforme o IBGE (2017) a Bahia é o estado com maior número de famílias que possuem estabelecimentos com atividades voltadas à agricultura familiar, conforme apresenta o Gráfico 1. O modelo de produção desses agricultores utiliza-se de preceitos da conservação do meio ambiente, utilizando técnicas produtivas com o objetivo de conciliar uma produção consciente a partir da conservação da natureza. De acordo com Silva (2015) os agricultores produzem alimentos saudáveis, visando a preservação do solo, além do uso consciente dos recursos naturais.

Outro ponto importante é que a agricultura familiar é uma grande fonte de geração de trabalho e renda para os membros das famílias desses agricultores. Segundo Schneider (2003) a pluriatividade encontrada na agricultura familiar é uma peculiaridade historicamente idealizada e mostrar-se na essência dos seus sistemas produtivos. A variação na produção e noções definidas de iniciativas pluriativas são fatores que contribuem para a obtenção do desenvolvimento sustentável (SCHNEIDER, 2003), o que demonstra a capacidade da agricultura familiar em se articular em diversas atividades.

> A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela pode fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais. Pode também gerar postos de

> trabalho atrativos para grande parte da sociedade, assim contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas. A agricultura familiar pode ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade (PLOEG, 2014, p. 11).

Ainda conforme com Ploeg (2014), a agricultura familiar controla os principais recursos pertencentes à família como terras, animais, os cultivos, entre outros. O autor ainda aborda que esse conhecimento faz com que haja o uso combinado de recursos (PLOEG, 2014), gerando uma integração com a comunidade em que atua, trazendo alguns retornos, como a participação em cooperativas e o acesso aos mercados em que esses produtores comercializam a produção. Conforme Schneider (2003), dada a sua vulnerabilidade social e econômica, os agricultores buscam melhores condições de remuneração que são ofertadas também nos segmentos comerciais não-agrícolas. Por isto, máximo empenho ao fortalecimento das atividades agrícolas como meio de inclusão dos agricultores na economia (SCHNEIDER, 2003).

Os canais que esses agricultores utilizam para a comercialização variam entre mercados que vão desde os mercados locais aos mercados institucionais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (DELGADO; BERGAMASCO, 2017). Para o agricultor, os mercados locais têm grande relevância por ser uma cadeia curta de comercialização, tais como as feiras livres ou outros canais que estão conectados às vendas junto às cooperativas, entre outros. A comercialização é uma forma de gerar ocupação e renda à juventude rural, que é fundamental para a agricultura familiar, uma vez que o jovem é primordial para a continuidade dos empreendimentos familiares, além de evitar a migração desses jovens para os grandes centros.

Esse processo de manter o jovem agricultor favorece também a conservação de sua cultura, crenças e ao mesmo tempo gera renda a esses jovens que permanecem no seu local quando existe a oportunidade de reprodução socioeconômica.

De acordo com Mattei (2014), é neste cenário histórico-estrutural que a agricultura familiar se encontra fixada, independentemente de sofrer dificuldades para obtém acesso aos benefícios das políticas públicas, continua sendo uma forma de produção que busca estabelecer sistemas produtivos focalizados na biodiversidade, na importância do trabalho familiar, na inserção de jovens e de mulheres, no cultivo de alimentos designados à segurança alimentar e nutricional da população e no estímulo à democratização da obtenção à terra e a outros meios de produção como tática de construção do meio rural sustentável (MATTEI, 2014).

Neste contexto do desenvolvimento sustentável, a agroecologia contribui para a melhoria dos níveis de sustentabilidade no meio rural, por meio de várias ações que possibilitem a harmonia entre o meio ambiente, a sociedade e a economia, gerando um modelo de economia sustentável (WIZNIEWSKY; KAUFMANN; PASQUALOTTO, 2019) e isso é reproduzido não só nas práticas do campo quando são focadas as produções sustentáveis, mas sobretudo, pelas demandas da sociedade em torno dos alimentos mais saudáveis que são produzidos a partir de um contexto ecológico. No entanto, esse processo produtivo realizado pela agricultura familiar necessita de práticas de gestão mais eficientes na produção das propriedades ou cooperativas da agricultura familiar. Existem agricultores em diferentes regiões com condições de produção adequadas e com amplo mercado consumidor, além de oferta de crédito e, ao mesmo tempo, existem outros agricultores em situação contrária, menos favoráveis (WIZNIEWSKY; KAUFMANN; PASQUALOTTO, 2019).

Consistindo em diferenças entre esses dois cenários, esses agricultores necessitam da capacidade de gestão do empreendimento, ferramenta indispensável para garantir competitividade comercial (SOUZA FILHO *et al*., 2004). Segundo Fonseca, (2018) o agricultor familiar é um micro empreendedor, que realiza uma seria de atividades comerciais, sendo necessário a sistematização da gestão de custos.

Assim, as cooperativas atuam como meio de fortalecimento desses agricultores. De acordo Costa, Amorim e Silva (2015) as cooperativas, na condição de sociedade de pessoas, se distinguem das empresas convencionais. Entretanto, nas associações de pessoas, o relacionamento entre a organização e seus sócios é de extrema importância, além das habilidades administrativas e operacionais, bem como na participação dos cooperados no processo de autogestão.

2.2 A importância das cooperativas para a agricultura familiar

As origens do cooperativismo que conhecemos atualmente, de acordo com Singer (2002), originou-se em Rochdale, na Inglaterra, a primeira cooperativa moderna no século 19. Época da Revolução Industrial, os operários viviam em condições muito precárias, com baixos salários, excesso de horas trabalhadas e péssimas condições de segurança, existindo também fome e desemprego nos bairros operários (SINGER, 2002).

Com todos esses problemas e necessidades comuns no ano de 1844, um grupo de 28 tecelões e operários percebeu que poderia sobreviver à crise e melhorar as suas condições de socioeconômicas com a criação da cooperativa de consumo e a partir da experiência dos pioneiros ingleses, o cooperativismo ganhou força na Inglaterra, expandindo-se pela Europa e alcançando o mundo todo (SINGER, 2002). Hoje o cooperativismo é o modelo socioeconômico atuante em cerca de 150 países e reúne aproximadamente um bilhão de pessoas em todo mundo e está em amplo crescimento no Brasil, onde existem aproximadamente 15,5 milhões de cooperados e cerca de 5.314 cooperativas com registro ativo (OCB, 2020). O cooperativismo constitui uma fonte de geração de renda fundamental ao país (OCB, 2020).

Segundo Benato (2003) o cooperativismo defende as causas em prol de uma sociedade igualitária, mais humana, no qual o indivíduo tem os mesmo direitos e obrigações. O movimento cooperativista tem como foco a cooperação coletiva, quando todos os cooperados trabalham juntos buscando o mesmo objetivo. É importante evidenciar que as pessoas que formam a sociedade estão cooperando o tempo todo, a cooperação está em situações simples, em casa e no trabalho, em projetos mais complexos, basta destacar que todos os dias nós dependemos da cooperação de outros indivíduos na realização tarefas mútuas. Mas nem toda iniciativa onde a colaboração está presente é uma cooperativa, na maioria das vezes o resultado do trabalho coletivo é distribuído de forma bastante desigual.

> O Sistema Cooperativista se vale do Sistema Capitalista como poder monetário, se vale do Sistema Socialista como poder social e igualitário mas, independentemente de ambos, se alicerça única e exclusivamente no homem. O homem não é remunerado pelo que tem. O homem não é remunerado pelo que representa na sociedade. O homem é entendido, compreendido e remunerado de acordo com sua energia produtiva. No Sistema Cooperativista, quem mais tem se torna sócio de quem menos tem e ambos passam a ter um convívio de igualdade e de cooperação mútua (BENATO, 2003, p. 10).

No Brasil é a Lei nº. 5.764/71 que rege o cooperativismo. Uma cooperativa é constituída com o capital dos cooperados, com estatuto e regimento interno que seguem as diretrizes da Lei nº 5.764/71. Outro ponto importante está nos sete princípios do cooperativismo que, de acordo com a OCB (2020), são: Adesão Livre e Voluntária, Gestão Democrática, Participação Econômica, Autonomia e Independência, Educação, Formação e Informação, Intercooperação e Interesse pela Comunidade. O movimento cooperativista foca em oferecer produtos e serviços aos cooperados e sociedade como um todo, com preços justos e qualidade, tendo como meta a melhoria das condições para que os cooperados possam ter poder de negociação, melhoria da renda, entre outros. As cooperativas possuem muitas particularidades, como a autogestão que a diferencia das empresas convencionais.

> Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão (...) a empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. (...) são duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes (SINGER, 2002, p. 16-23).

Na gestão tradicional quem toma as decisões da organização são os níveis hierárquicos superiores, já na heterogestão a decisão cabe a cada indivíduo da organização, não importando o cargo em que ele ocupa, constituindo uma forma de distribuir autoridade igualitária na organização (SINGER, 2002). Conforme mostra o Quadro 1, as diferenças entre cooperativas e empresas convencionais são percebidas pela forma que são constituídas, gerenciadas, objetivos dentre outros.

Quadro 1 - Diferenças entres empreendimento cooperativo e empresa convencional.

Cooperativas	**Empresas convencionais**
É uma sociedade simples, regida por legislação específica	Sociedade de capital - ações
Número de associados limitado à capacidade de prestação de serviços, podendo, no entanto, ser ilimitado	Número limitado de sócios
Controle democrático, reconhecimento das manifestações da maioria – cada pessoa um voto	Cada ação – um voto
Objetivo: prestação de serviços	Objetivo: lucro
Assembleia – "quórum" baseado no número de associados	Assembleia – "quórum" baseado no capital
Não é permitida a transferência de quota-parte a terceiros	É permitida a transferência e a venda de ações a terceiros
O retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações	O dividendo é proporcional ao valor total das ações.

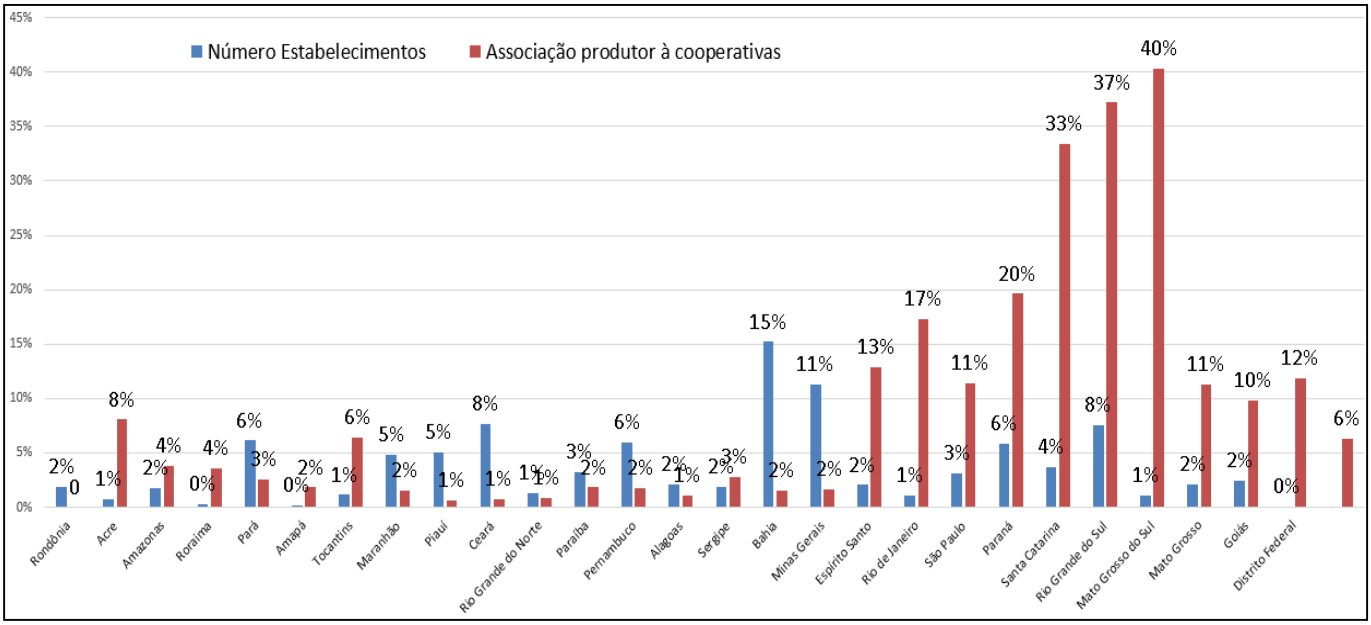
Fonte: Adaptado de OCB (2020)

De acordo com Cunha (2015) a importância social atribuída às cooperativas, que em muitos casos é a única forma de organização e comercialização em municípios e regiões. Esse modelo de relações entre cooperativa e cooperado, gera uma maior eficácia na utilização dos recursos disponíveis. O cooperativismo tem promovido a cultura de cooperação, da ética e solidariedade, da educação (STEFFEN; BÜTTENBENDER, 2006).

A educação cooperativista é fundamental neste processo entre agricultores familiares, os mercados e a sociedade. De acordo com Freitas (2018) é possível perceber que através do cooperativismo os cooperados possuem uma série de benefícios como a criação de canais de diálogo entre a cadeia produtiva

e consumidora, oferta melhor de assistência técnica, um melhor planejamento produtivo, melhores preços de aquisição de insumos, melhor poder de negociação dos agricultores com governos, fortalecimento das relações com as ONGs, entre outras. Cabe observar o cenário da associação dos agricultores familiares às cooperativas no Brasil, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Produtores associados às cooperativas e percentuais de estabelecimentos rurais familiares



Fonte: Adaptado de IBGE (2017)

Como demonstra o gráfico, o estado da Bahia, possui uma grande diferença entra produtores associados a cooperativas e número de estabelecimentos da agricultura familiar, por outro lado os estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná possuem maior índice de produtores afiliados a cooperativas. De acordo Estevam *et al*. (2012), esse formato de organização cooperativa tem colaborado na superação de importantes obstáculos na comercialização dos agricultores familiares, possibilitando as escalas de produção e logística.

Quando a agricultura familiar se une às cooperativas, têm uma oferta de mais canais de diálogos com outros produtos cooperados, havendo uma troca de conhecimento mútuo que pode favorecer na melhoria da produção e consequentemente na qualidade de vida desses agricultores cooperados.

> As cooperativas oferecem um meio pelo qual grupos desfavorecidos podem trabalhar juntos, compartilhar os riscos e resolver problemas comuns. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade e segurança para pequenos agricultores que lutam sozinhos para fazer frente à concorrência e mudanças no ambiente competitivo (ANDRADE; ALVES, 2013, p. 197).

As cooperativas da agricultura familiar continuamente necessitam de adaptações de suas posturas para se ajustarem às mudanças contínuas dos mercados em que estão inseridas e ter como competir frente a outros mercados, protegendo-se do avanço da agricultura patronal e para superar essa realidade a busca

por profissionais capacitados têm sido essencial para uma adaptação aos novos cenários do mercado competitivo (ANDRADE; ALVES, 2013).

Com mudanças mercadológicas constantes, as cooperativas necessitam de uma resposta adaptativa à essas transformações, significando que muitas vezes essa adequação é fator predominante aos interesses da organização, uma vez que a cada dia precisam usufruir de novas tecnologias para que possam produzir com boa qualidade e ao mesmo tempo mantendo o controle sobre os custos de produção. Essas cooperativas prestam serviços aos seus cooperados, como: comercialização dos seus produtos, armazenamento e processos industriais, além de dispor de assistência técnica educacional e social (MORAES; SCHWAB, 2019).

Segundo Martins (2010) para a sobrevivência das organizações nesses mercados uma vez que ficam mais competitivos, a organização necessita traçar e alcançar elevados níveis de qualidade, eficiência e produtividade, suprimindo desperdícios e diminuindo custos. Deste modo, é indispensável que os gestores obtenham informações concisas, tempestivas e atuais para um apoio eficaz ao método decisório (MARTINS, 2010). As atividades desenvolvidas por cooperativas e seus cooperados, geram custos, como qualquer outra organização. Desse modo, é fundamental a implantação e adequações constantes no sistema de gestão para manter a cooperativa competitiva não só no cenário comercial, mas em outras áreas como na sustentabilidade econômica e financeira do empreendimento com foco nos associados, nas suas ações, princípios, etc.

2.3 Gestão de custos: conceitos e aspectos importantes

Conforme Leão (2008) os custos e as despesas fazem parte do grande conceito de gastos de uma empresa. Esses gastos representam a compra de um produto ou serviço qualquer que já no sacrifício financeiro da empresa o impacto no caixa ou a entrega ou a promessa de entrega de ativos e produtos realizados, como por exemplo a compra de matérias-primas, honorários da diretoria, compra de imobilizado, energia, telefone e manutenção das instalações (LEÃO, 2008).

Entre os gastos temos investimentos, custos, despesas, perdas e desperdícios. Segundo Sens (2011) a gestão de custos é uma importante ferramenta no auxílio da administração na geração de dados precisos usados nas tomadas de decisões. A gestão de custos ajuda na análise e interpretação dos dados das organizações com o objetivo de garantir a sustentabilidade da organização. Com esse desafio em garantir a sustentabilidade no mundo competitivo, a gestão de custos é uma poderosa ferramenta usada na avaliação de desempenho, controle da gestão e na utilização de recursos nas etapas produtivas e administrativas e na prospecção de lucro (SENS, 2011). A gestão de custos é uma área fundamental para a formação dos gestores, que futuramente tomarão decisões que pode gerar novos rumos às organizações (SENS, 2011).

De acordo com Bacic *et al*. (2011) a falta de conhecimento torna a gestão de custos bastante crítica, quando se considera a importância relativa de cada um deles na estrutura de custos das empresas. Quando um empreendimento com viés econômico reduz os seus custos e aumenta a sua produtividade oferecendo produtos e serviços de qualidade, a entidade ganha novos mercados, além de um poder financeiro, conhecimento mercadológico que norteia as organizações em períodos diversos, que vai desde um bom

ano para o setor em que atua a cenários de crises, visando conciliar crescimento da empresa com redução de custos.

A gestão de custos é crucial no controle das informações de muitos empreendimentos, sendo que a organização e planejamento são alguns dos resultados de uma gestão bem executada. Dessa forma, a administração dos custos fixos e variáveis de uma empresa é extremamente importante para o controle para fazer o empreendimento funcionar corretamente (MARTINS, 2010). A boa gestão de dispêndio ajuda a determinar o preço certo dos produtos e serviços que condizem com a realidade tanto da empresa, quanto do mercado. Com o cenário do mundo competitivo cada vez mais acirrado, a redução de desembolsos tem sido fundamental.

> Uma empresa utiliza a formação do preço de venda para estabelecer o valor pelo qual irá vender os seus produtos aos seus clientes. O ideal é aplicar a formação do preço justo para o consumidor, mas de uma forma que o produtor tenha um lucro para sobreviver. O preço justo é aquele que cobre os custos do serviço ou produto, proporciona lucro e paga os impostos (LEÃO, 2008, p. 4).

Uma gestão de custos adequada proporciona formas eficientes de análise de dados, já que irá dispor de informações cruciais em diversas áreas: receita, investimentos, custos, entre outras (SENS, 2011). A falta da gestão de custos nas organizações com fins econômicos, reflete no preço de venda, já que não há controle sobre custos e despesas no processo de produção e a organização pode apresentar prejuízos por falta da realização adequada da gestão de custos, podendo ser um fator predominante a permanência da empresa no mercado competitivo (WERNKE, 2004).

A gestão faz com que a organização diminua suas despesas e maximize os seus rendimentos constantemente, sempre com menor número de gastos possível, esse controle de gastos é muito importante para fornecer as informações necessárias sobre a rentabilidade e desempenho das atividades da organização. De acordo com Guerreiro, (2011) rentabilidade é o retorno de um investimento, sendo indicado por um percentual ligado ao lucro líquido aos investimentos da organização.

Essa gestão ajuda no planejamento controle e desenvolvimento das diversas operações da empresa, considerando as possibilidades financeiras. A gestão de custos pode trazer informações claras sobre todos os gastos despesas ou investimentos da empresa, para saber como trabalhar da melhor maneira possível e ter sempre os melhores resultados que a gestão de custos pode proporcionar, além de manter uma base muito sólida de informações para conseguir tomar melhores decisões, sem a gestão de custos, o gestor tem mais dificuldades em entender quais seriam os próximos passos de uma empresa, como por exemplo: a expansão de negócios, aumento de equipe ou até cortar gastos (MARTINS, 2010).

> As organizações, de um modo geral, efetuam gastos no seu dia a dia para que possam funcionar. Esses gastos podem ser efetuados para administrar, vender produtos, produzir, contratar transportadoras, pagar salários, transporte e treinamento de colaboradores, energia elétrica consumida, gerenciamento de um projeto ou de uma área, manutenção dos equipamentos, aluguel, compra de matéria-prima, de embalagens, de veículos para transportar seus produtos. Enfim, para resumir, podemos relacionar uma infinidade de

> gastos, independente do ramo de atividade da empresa, seja comercial, prestadora de serviço ou industrial (SENS, 2011, p. 3).

Qualquer organização com fins econômicos tem a necessidade de tornar seus produtos e serviços cada vez mais competitivos, já que o crescimento ou até mesmo a sobrevivência da organização, depende da elaboração de uma gestão de custos impecável e que proporcione cada vez mais preços competitivos para atrair cada vez mais novos mercados consumidores, a gestão de custos é uma das mais importantes áreas em qualquer MPEs (Micro e Pequenas Empresas), sendo que o aperfeiçoamento da gestão de custos leva o empreendimento a ter resultados econômicos sólidos (BACIC *et al*, 2011).

> A estruturação de um sistema de custos nas MPEs, não é apenas uma necessidade contábil. É uma necessidade administrativa, pois, sem conhecer os custos, diferentes decisões que se apresentam, como: que preço cobrar para um novo produto ou para um pedido especial, qual o nível de descontos que pode ser concedido a um cliente, eliminação de produtos que apresentam "prejuízos", terceirização de atividades, aquisição de novos equipamentos, mudanças no processo de fabricação etc., são tomadas de forma intuitiva pelos gestores. (BACIC *et al*. 2011, p. 9).

Dentro de uma organização existem vários modelos de gerenciamento administrativo, produtivo, entre outros, que juntos têm a missão de alcançar a eficiência e qualidade dos produtos e serviços. Segundo Martins (2010) O equilíbrio de custo perfeito de produção de um certo bem ou serviço, consistir em conseguir os melhores materiais para a produção com bom custo, além de dispor de uma eficiente mão-de-obra, para poder usufruir de toda a capacidade produtiva da organização fazendo o equilíbrio entre produtividade e a redução dos custos a fim de garantir uma maior rentabilidade.

Para o alcance desses objetivos foram desenvolvidos diversos modelos de gestão, um desses modelos é a gestão de custos, que se define como um processo que utiliza de técnicas multidisciplinares, que guiam os gestores a compreenderem as origens dos custos (SENS, 2011). Dessa forma, cabe a identificação de todos os custos, os quais representam os gastos de uma organização, assim como os excessos e as oportunidades para melhor aplicação dos recursos. Além disso é importante salientar que, com a gestão de custos, é possível evitar que os gastos ultrapassem as receitas, utilizando como ferramenta o controle de custos.

Com esse gerenciamento, é possível fazer uma melhor análise, sobre controle dos custos e assim é possível definir metas para uma maior lucratividade. Segundo Corrêa; Caon (2002) A lucratividade é quando uma organização tem ganho referente as atividades em que desenvolve, e o lucro líquido é resultado do lucro bruto menos custos e despesas.

A gestão de custos quando é realizada com eficiência, ela produz resultados, que vão desde a manutenção ou ampliação dos ganhos financeiros, mesmo com mudanças constantes no cenário competitivo. Observar que a gestão de custos tem um papel fundamental para muitas organizações que comercializam produtos ou prestam serviços é pensar no futuro da organização. Uma gestão de custos eficiente é importante em qualquer ramo comercial, tais como: cooperativas, empresas convencionais e demais organizações.

Tudo que está envolvido em custos de produção de bens e serviços são fontes de dados importantes, como por exemplo: formação de preço, tomada de decisões, planejamento, investimentos, avaliação da rentabilidade do seu negócio, entre outros. Esses fatores envolvidos estão presentes praticamente em toda a organização. Além disso, outros fatores que uma boa gestão de custos proporciona são: evolução do desempenho da empresa, onde o desempenho não é a rentabilidade e sim em quais clientes, quais produtos ou quais fatores são os mais importantes para a empresa (BACIC *et al*., 2011). Essa constatação depende de uma boa apuração dos seus custos e essa apuração é um grande desafio.

A gestão de custos tem diversas ferramentas. Contudo vale salientar que custos e despesas são diferentes. Que também tem custos fixos e variáveis, além de despesas fixas e variáveis que precisam entrar na formulação correta da gestão de custo. De acordo com Martins (1990), o custo é o gasto ligado à produção de bens e serviços da organização e são apurados na atividade-fim da empresa. Segundo Leão (2008) esses custos representam gastos efetivados na empresa na produção de bens ou serviços.

Esses custos classificam em: matéria-prima utilizada no processo produtivo, salário do pessoal do setor da produção, manutenção das máquinas da fábrica, depreciação das máquinas, custos indiretos de fabricação, entre outros. As despesas, por outro lado, são os gastos que ocorrem na obtenção de receitas (SENS, 2011).

Quadro **2** - Classificação dos gastos conforme Martins (1990)

Terminologia dos gastos	**Características**
Despesa	Bem ou serviço consumido diretamente ou indiretamente para a obtenção de receitas.
Investimentos	Gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).
Custo	Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de bens ou serviços.
Perda	Bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.
Desperdício	Gasto excedente pelo mal uso dos recursos.

Fonte: Adaptado de Martins (1990).

De acordo com Bacic *et al*. (2011) existem diversos métodos de custeio, contudo os mais praticados são: custeio por absorção, método de custeio variável e custeio baseado em atividades. Esses métodos são usados por diversos empreendimentos comerciais e de acordo com Borgert *et al*. (2008) os métodos de custeios são técnicas de uso para definir os custos de produtos e serviços e a objetividade de uso desses métodos é a forma padronizada e direta de apuração e conclusão dos custos totais da empresa com o intuito de traçar metas e estratégias.

O **custeio por absorção** de acordo com Bacic *et al*. (2011), é quando o produto que está sendo fabricado absorve todo valor de gasto que pode ser matérias-primas, mão de obra direta, custos indiretos de fabricação no esforço da produção, entre outros. Por isso, o custeio por absorção representa a apropriação, ou seja, a distribuição de todos os custos do processo produtivo, sejam eles diretos e indiretos, fixos e variáveis atribuídos nos produtos ou serviços elaborados nas organizações (MARTINS, 2010). Este método atende os princípios fundamentais da contabilidade em que os gastos relacionados aos esforços de

produção e somente eles são alocados aos produtos ou serviços. Esse método é o único aceito pela legislação fiscal Lei nº 6.404/1976[3].

> Custeio por Absorção é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de fabricação são distribuídos para todos os produtos feitos (MARTINS, 1990, p. 38).

Já o **método do custeio variável**, conforme Martins (2010), é uma forma extraordinária para a identificação do custo das atividades e dos processos, que possibilita uma visão ampla para a análise da vinculação custo/benefício de cada atividade ou processos das organizações. Esse método aceita a verificação de quanto se gasta em atividades, tarefas e processos em que não se agrupa valor ao produto.

De acordo Bacic *et al*. (2011) citam que método de custeio variável primeiramente ele não é um método legal, ou seja, não é aceito para fins contábeis, ele é um método gerencial e muito importante, em especial quando a empresa tem muitos itens sendo produzidos. Pelo método de custeio direto ou variável é possível identificar muitas informações importantes para tomada de decisão, uma delas é a chamada margem de contribuição, que se trata de um elemento do custeio direto ou custeio variável (MARTINS, 1990), que é utilizado para tomamos as melhores decisões, pois a identificação de quanto cada um dos itens que estão sendo produzido na sua organização ou comercializados.

A gestão da organização necessita dispor de informações de quanto o produto ou serviço está contribuindo para pagar os seus custos fixos e gerar ganhos (SENS, 2011). O método de custeio variável é uma importante fonte de dados para a análise do custeio dos produtos, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, entre outros, já que consiste em uma importante ferramenta para a tomada de decisões gerenciais.

O **Custeio Baseado em Atividades** (Método de Custeio ABC), conforme com Bacic *et al.* (2011), esse método de custeio é baseado a calcular os custos indiretos às atividades realizadas por cada setor, sejam auxiliares ou produtivos. O conceito do método é que as atividades gastam recursos, ou seja, geram custos indiretos que devem ser calculados no produto ou serviço (BACIC *et al*. 2011). De acordo com Sens (2011), a gestão de custos pode proporcionar dentro de qualquer empresa alguns pontos importantes, como por exemplo: redução de custos, reduzir gastos desnecessários ou excessivos, que tornam o bem ou serviço competitivo.

Segundo Crepaldi (2016) as transformações e os novos desafios ambientais encarados pelas organizações têm estabelecido grande esforço para atualização no âmbito da contabilidade no que diz respeito aos métodos de custeio. Perante o crescente avanço tecnológico e metodológico ocorrido nos últimos tempos e do contínuo aumento da competitividade, surgiu a primordialidade do aumento da qualidade, da otimização do tempo e da diminuição dos custos por parte das organizações a fim de

[3] Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), também conhecida como Lei das S.A., é a lei que rege as sociedades anônimas no Brasil.

impedirem a perda de espaço no mercado (CREPALDI, 2016). O controle dos custos tem um papel principal dentro de uma organização, que contribuem com sucesso ou fracasso da mesma. Percebe-se a necessidade cada vez maior de um sistema de gestão integrado buscando assim controlar e prevenir os custeios inerentes ao funcionamento da empresa, com objetivo de manter o equilíbrio produtivo e financeiro da organização (MARTINS, 2003).

De acordo com Martins (1990), entre esses métodos, o único que é aceito pelo fisco é o método de custeio por absorção. O autor recomenda a utilização de dois métodos ou mais para uma melhor apuração dos custos de produtos e serviços da organização (MARTINS, 1990). Ao usar dois métodos ou mais a base de informações para a tomada de decisões será mais ampla, pois irá auxiliar o gestor para uma melhor análise de cenário e quais decisões tomar.

3 Metodologia

Este trabalho se baseia na possibilidade de apresentar um ensaio teórico, visando demonstrar a importância da gestão de custos nas cooperativas da agricultura familiar. Neste sentido, este trabalho visa atender ao seguinte **Problema de Pesquisa**: Qual a importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar?

Do ponto de vista do objeto, esta pesquisa é de natureza exploratória e parte de uma revisão bibliográfica que, segundo Gil (2008), tem como intuito o desenvolvimento e esclarecimento e a modificação de conceitos e ideias, tendo em vista a formulação dos problemas mais precisos ou teorias que devem ser estudadas para estudos futuros. Análises com esse propósito são desenvolvidas com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre de um determinado acontecimento, esse tipo de pesquisa é realizada principalmente quando o tema analisado é pouco explorado e torna-se complexo a formulação de hipóteses precisas e instrumentalizáveis (GIL, 2008).

A literatura utilizada para este trabalho, foi selecionada considerando os critérios de estudos que baseiam a temática da gestão de custos em cooperativas da agricultura familiar, priorizando em trabalhos empíricos ou de revisão de literatura que continham contextos e abordagens pertinentes à pesquisa. Desse modo, a coleta dos dados desse estudo foi desenvolvida através de buscas realizadas na plataforma *Google Acadêmico*, utilizando as seguintes expressões: “Agricultura familiar”, “Cooperativas”, “Gestão de custos”.

Os resultados das buscas apresentaram uma expressiva quantidade de artigos, cartilhas, monografias, dissertações, teses e livros, com buscas realizadas entre os períodos de 07 de maio de 2021 a 05 de setembro de 2021. Contudo, a busca resultou em um baixo número de trabalhos acadêmicos que discutem especificamente sobre a importância da gestão de custos nas cooperativas da agricultura familiar. Entre os materiais selecionados observou-se os títulos dos trabalhos que foram selecionados conforme os critérios de inclusão e exclusão descritos abaixo.

Quadro 3 - Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão	**Exclusão**
Gestão de Custos	Artigos anterior ao ano 1990
Agricultura familiar	Artigos disponibilizados pagos

Cooperativas da Agricultura familiar	Matérias de pesquisas de outros países
Artigos disponibilizando gratuitamente	Dados do IBGE anterior ao ano de 2017

Fonte: Elaboração do autor (2021).

Outra fonte de dados da pesquisa foi com base nos dados do último Censo Agropecuário de 2017 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esses dados do IBGE foram analisados e aplicados na criação de gráficos no Software Excel. Entre os dados coletados no Censo, estão: Números de empreendimentos da agricultura familiar, escolaridade dos agricultores, principais produtos da agricultura familiar, número de agricultores associados a cooperativas e pessoal ocupado na agricultura familiar entre outros.

4 Resultados e Discussão

4.1 A gestão de custos e as cooperativas da agricultura familiar

Segundo Costa, Amorim Junior e Silva (2015) as ações entre cooperativas e com seus cooperados são entendidas como transferência de mercadorias/recursos e não como atividades comerciais. O desígnio destas operações não é originar benefícios para as cooperativas em relação ao trabalho dos cooperados, mas buscar atender aos interesses e necessidades de seus cooperados (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015). As cooperativas da agricultura familiar é um importante setor socioeconômico do país e a cada dia buscam meios de tornar-se mais competitivas, fazendo necessário o uso dos métodos de gestão de custos.

Essas cooperativas competem com empresas convencionais e outras cooperativas que atuam no agronegócio utilizando de meios produtivos focado em maior produtividade. Esse mercado competitivo faz com que as cooperativas da agricultura familiar busquem meios de controlar os seus custos, cabendo a gestão de custos das cooperativas da agricultura familiar tornar os produtos e serviços cada vez mais competitivos, respeitando os princípios do cooperativismo. Já que segundo Amorim Junior e Silva (2015), desconhecer quais produtos remuneram de fato à cooperativa é um risco.

Os autores utilizados neste estudo são unânimes sobre a importância da gestão de custos nas organizações. Porém o vasto acervo bibliográfico que discorre sobre gestão de custos, tem sido elaborado para empresas convencionais e cooperativas do agronegócio, tendo escassez de estudos com o referido tema para as cooperativas da agricultura familiar, fazendo-se necessários mais estudos sobre o tema, baseando-se na importância da cooperativa e para o desenvolvimento da agricultura familiar (GURA, 2018).

Conforme Fonseca (2018) a gestão em cooperativas da agricultura familiar é importante devido ao auxílio para o crescimento socioeconômico do empreendimento, possibilitando que uma organização cresça nas funções gerenciais e produtivas, permitindo que os agricultores realizem uma gestão dos seus negócios, determinando os custos e gastos produtivos, permitindo formular um valor de venda acertado, ajudando-o no planejamento e na tomada de decisão. Segundo Gura (2018) o pequeno produtor rural familiar desempenha uma ação fundamental para a produção de alimentos de uma nação, eles são responsáveis por levar a diversificação de produtos alimentar que chegam à nossa mesa, tornando a agricultura familiar um setor crucial para o acréscimo econômico das regiões (GURA, 2018).

De acordo com IBGE (2017) a agricultura familiar produz, 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% bovinos, que abastece o mercado nacional. Diante da importância desse setor econômico, o seu fortalecimento torna-se indispensável e um dos pontos desse fortalecimento é a realização eficiente da gestão de custos, já que a gestão de custos é relevante para o contexto das organizações, incluído as cooperativas da agricultura familiar (CAMPOS, 2016). Levando em consideração que a gestão de custos está em todos os níveis das organizações, desde o setor estratégico ao operacional, segundo Martins, (2010) em resumo, a contabilidade de custos passou nas últimas décadas, de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros para fundamental ferramenta de controle e decisão gerenciais.

Conforme Franco *et al*. (2015) quando o agricultor familiar consegue ter um adequado domínio na gestão de custos, o processo da tomada de decisão simplifica-se, tornando-se rápido e eficiente. Um modo de conseguir controlar os custos é fazendo relatórios das etapas produtivas e da movimentação financeira mensal. Além disto, está sempre atento aos preços do valor de mercado, pois quando estes começam a oscilar, a rentabilidade e a lucratividade são afetadas diretamente (FRANCO *et al*., 2015).

De acordo com Bacic *et al*. (2011), a falta de conhecimento torna a gestão de custos bastante crítica, quando se considera a importância relativa de cada um deles na estrutura de custos das empresas. A adequada catalogação dos custos é de tamanha importância para a realização de uma gestão de custos, se qualificados de forma incorreta, a real circunstância da organização será distorcida. (GURA, 2018). Este fato pode ser um dos maiores desafios enfrentados por parte dos proprietários rurais que administram sua propriedade, tornando fundamental a busca por auxílio para o tratamento adequado dos custos (GURA, 2018).

Neste cenário da gestão de custos, as cooperativas da agricultura familiar, que estão inseridas em mercados onde seus principais concorrentes são empresas do agronegócio, tem-se que esse mercado de comercialização de alimentos, segundo Fonseca (2018), é complexo, pois os agricultores familiares precisam de conhecimentos administrativos, gerenciais e técnicos para poder esquematizar e estruturar a sua produção e o controle é fundamental para gerenciar os custos, formar preços de comercialização, atender a demanda do mercado consumidor, entre outros.

Contudo, os agricultores familiares, mesmo não utilizando as práticas da gestão de custos, reconhecem a sua relevância na gestão das propriedades produtivas GURA (2018). Conforme Couto *et al*. (2013) o agricultor familiar é responsável por gerir as pessoas e atividades que estão inseridas no processo produtivo e dispõem de uma autêntica autonomia de decisão para harmonizar-se, sempre que necessário, como as condições ambientais e econômicas.

De tal modo, o produtor procura gerenciar o emprego da sua própria mão-de-obra familiar, do melhor modo possível, escalonando as suas ocupações ao longo de todo o ano produtivo. Ainda segundo o autor, as cooperativas são organizações centradas nas pessoas. Além de atuar com ética e princípio, busca a capacidade transformativa que proporcione benefícios às pessoas com um desenvolvimento sustentável. As cooperativas podem ser consideradas um modelo empresarial ideal para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que têm como finalidade: igualdade, democracia, equidade, solidariedade, entre outros (GOUVEIA, 2016).

Essas intenções nos ODS, é uma oportunidade única para as cooperativas mostrarem a sua competência transformativa em benefícios das pessoas e do desenvolvimento sustentável (GOUVEIA,

2016) que deverão ser cumpridas até o ano de 2030 e a participação de todos é crucial na conquista dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, como demonstra a Figura 1.

Figura 1 - Alguns benefícios gerados pela gestão de custos

Fonte: O autor da pesquisa (2021).

As cooperativas podem proporcionar maiores contribuições para alcance das metas dos ODS, principalmente, as cooperativas da agricultura familiar, considerando que estas têm uma estreita relação com o meio ambiente e por isso têm um desafio ainda maior para contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Neste ponto, a gestão de custos é necessária para auxiliar nesses objetivos comuns. Segundo Sausen *et al*. (2020) o movimento cooperativista está experimentando novas dinâmicas no campo da governança, sustentabilidade e ajudando a alcançar resultados que está alavancando o desenvolvimento econômico e social dos seus associados e das localidades em que atuam. (SAUSEN *et al*. 2020) Vivenciando-se e reconhecendo a importância de investir na superação dos seus desafios atuais e futuros, ficando em evidência e reconhecimento sobre a importância do sistema cooperativista referente às organizações das pessoas da sociedade em prol de finalidades em comum, o cooperativismo é um setor da economia fundamental para as metas dos ODS até o ano de 2030 (GOUVEIA, 2016). Buscando meios de conciliar crescimento da cooperativa com as metas estabelecidas pela ONU e para isso uma gestão de custos eficiente é necessária para a obtenção desses resultados.

Segundo Gouveia (2016) as cooperativas possuem interesse pela comunidade, onde fica explicito o foco no desenvolvimento sustentável nas comunidades em que essas cooperativas atual, com respeito e ao desenvolvimento com respeito ao meio ambiente. Entre as ações que as cooperativas podem proporcionar, a educação inclusiva e equitativa a todos, promover a igualdade de gênero e empoderamento as mulheres, proporcionar crescimento econômico sustentado, gerar emprego íntegro e a todos entre outros. Segundo Singer e Machado (2000), algumas formas de organizações econômicas, como as cooperativas, atuam em sistemas de economia solidária, o que também representa formas de organização política da sociedade. Essas organizações da economia solitária, pregam um crescimento sustentável, em que o indivíduo produza respeitando o uso consciente dos recursos naturais.

Conforme Fonseca (2018) o agricultor familiar é um homem de negócio, que realiza várias atividades comerciais e necessita do uso dos métodos de gestão de custos. As cooperativas da agricultura familiar agem como parceiros comerciais para esses agricultores. As cooperativas proporcionam o diálogo entre

cadeia de produção e a cadeia consumidora, além de ofertar assistência técnica, melhor custo na compra de insumos, entre outros (FREITAS, 2018). Segundo Andrade e Alves (2013) as cooperativas criam meios para que grupos desfavorecidos possam atuar em conjunto, dividindo os riscos e as soluções dos obstáculos comuns. Entre esses obstáculos, estão as mudanças frequentes dos mercados consumidores, que obrigam as cooperativas à criarem adaptações, buscando a competitividade mercadológica (ANDRADE; ALVES, 2013).

As cooperativas segundo Silva e Silva (2020) atuam como os atores participadores em redes e das relações Inter organizacionais com propósitos estratégicos como canais comercialização, assistência técnicas dentre outros. Conforme Gura (2018), com uma gestão de custos bem organizada é possível a inclusão e a permanência no mercado de modo competitivo, além de alcançar dados relevantes, concisos e eficientes para a cooperativas.

4.2 As cooperativas e seus desafios no uso da gestão de custos

As cooperativas da agricultura familiar necessitam aprofundar ou dar a devida atenção à gestão de custos relacionadas à sua área de atuação. Essa área necessita de uma análise completa que requer dedicação e disciplina dos gestores referentes aos custos. Esse controle dos custos fornece informações como: onde os recursos estão sendo aplicados, se há desperdício de recursos, onde investir efetivamente, entre outras.

Segundo Alves (2010), o avançado tecnológico e as alterações constantes provocadas pela economia globalizada, tem afetado a agricultura e a pecuária, podendo causar competitividade e assim criar barreiras para a comercialização, mesmo que em pequena escala. O agricultor familiar não possui de subsídios específicos para lidar com essas barreiras comerciais e sofre com maior rigor as consequências de crises que o afetam no sistema econômico (ALVES, 2010). Neste contexto, a informação contábil é um fator crucial na tomada de decisões de cunho gerencial, podendo sanar as necessidades do produtor e maximizar os bons resultados (ALVES, 2010).

De acordo com Alves (2010) administrar atividades agropecuárias, requer uma série de informações relativas tanto de caráter físico como financeiro. Também necessita de conhecimento sobre os impactos causados ao meio ambiente e às práticas utilizadas no manejo dos sistemas agrícolas ou pecuários, notando o padrão tecnológico aplicado a cada propriedade (ALVES, 2010).

A gestão de custos pode ser utilizada por qualquer organização com fins econômicos, de empresas a cooperativas, as organizações necessitam do uso contínuo da gestão de custos eficiente, para conhecer o custo que ocorre em todo o processo produtivo que ocorre nas cooperativas da agricultura familiar. Outro ponto que a gestão de custo auxilia é referente aos investimentos, conforme Sens (2011), os investimentos são gastos que podem ser ativados e constam no balanço patrimonial da organização, bem como permanecem até o momento em que são utilizados ou consumidos e podem ser classificados em custos ou despesas, a depender da sua natureza.

Uma exemplificação de um investimento é a compra de matéria-prima: após a sua aquisição por um valor, estará contabilizada como estoque de mercadoria, ou seja, um ativo para a organização que pode gerar benefícios futuros à organização (SENS, 2011). As cooperativas como qualquer outra organização que comercializam, necessitam de uma gestão de custo eficiente, que possa proporcionar maiores ganhos

econômicos, além de informações solidas do processo produtivo, já que essa informações são utilizadas para as tomadas de decisões gerencias da organização: Se a cooperativa necessita comprar maquinários, se esse investimento irá melhorar os índices produtivos da organização, entre outros, todos essas informações uma boa gestão de custo pode fornecer. De acordo com Sens (2011) todo ativo da organização representa bom para a organização. As cooperativas necessitam de resultados, esses ativos são destinados a diversas finalidades. Conforme Schneider (2003) a lucratividade provocar melhorias nas atividades, sendo o avanço tecnológico uma dessas melhorias.

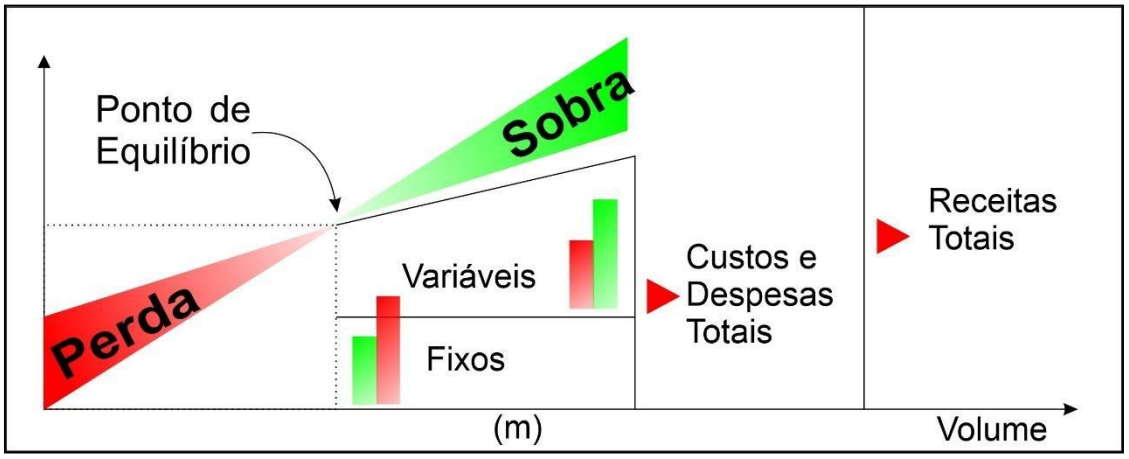
As cooperativas atuam em um mundo competitivo, que faz as organizações a necessitarem a realizar investimentos em: matéria-prima, maquinários, treinamento de colaboradores e associados, a fim de tornar-se cada bem mais eficiente no quesito produtividade. Contudo, para pensar em investimentos, a gestão de custos precisa constatar em quais áreas da cooperativa o investimento trará melhor resultados, a cooperativa deve analisar a viabilidade de investir em compras de maquinários.

As cooperativas comercializam produtos agrícolas quanto pecuários. Sendo importante o uso dos métodos de gestão de custos. Entre os métodos que uma cooperativa pode utilizar, está o método o custeio baseado em atividades, que parte do pressuposto em que os custos de uma cooperativa são gerados pelas atividades exercidas, e que essas atividades geram produtos e serviços, ou seja custos. De acordo com Bacic (2011) Esse procedimento pode apurar com mais precisão as despesas e os custos indiretos. Que são ligados à atividade produtiva da organização. Por meio da análise das atividades, dos seus geradores de custos e dos utilizadores.

O ABC apura os custos das atividades realizadas por uma organização e de constatar como essas ações estão ligadas a obtenção de receitas e o consumo de recursos. Conforme com Martins (1990) o método ABC é uma ferramenta empresarial que tem como objetivo principal medir e melhorar a apropriação dos custos que são originados para produzir produtos, então ele se baseia nas atividades que realizam para fabricar aquele produto e fornece um grau maior de precisão sobre a atribuição do valor dos custos, até mesmo para após decidir seu preço de venda (MARTINS, 1990). Segundo Sens (2011) através da apuração utilizando o método ABC, é possível elaborar programas de redução e aperfeiçoamento dos processos produtivos, auxiliando as organizações a ter mais ganhos e uma maior eficiência produtiva.

Outro ponto fundamental da gestão de custos é que ela possibilita a apuração sobre o ponto de equilíbrio, algo tão importante para as organizações cooperativistas. De acordo com Bacic *et al.* (2011), o ponto de equilíbrio é quando há uma situação determinada que a receita é suficiente para cobrir todos os custos e despesas da organização e nesse caso a organização não possui sobra e nem perda. Constituindo o chamado ponto de equilíbrio, que se trata de informação vital à cooperativa, é possível conhecer o quanto será necessário o volume de faturamento que a cooperativa precisa atingir visando cobrir todos os seus custos operacionais como demonstra na Figura 2.

Figura 2 - Ilustração do ponto de equilíbrio



Fonte: Adaptado de Martins (2009).

Através da análise do ponto de equilíbrio, as organizações podem elaborar seu controle e planejamento, pois quando uma organização consegue que o produto ou serviço atinja o ponto de equilíbrio todos os custos para a sua produção já foram pagos. Segundo Nascimento (2019) um dos desafios é que as cooperativas se formalizam com muita dificuldade e, com maior dificuldade ainda, conseguem fazer seus controles, planejamentos e cumprir com suas obrigações para com os órgãos públicos. Conforme Martins (2003) uma das caraterísticas da gestão de custos é que este é classificado como área contábil das organizações.

A gestão de custos é um ato contábil indispensável às organizações, pois cada vez mais a sua importância fica em evidência. Desse modo Martins (2003), a gestão de custos vem sendo evidenciada nos últimos tempos para indicar a conexão que deve haver entre a ação de gestão de custos e o processo de gestão da organização como um todo. Compreendendo-se que essa integração é indispensável para que as organizações sobrevivam em um ambiente de negócios globalizado e crescentemente competitivo (MARTINS, 2003). De acordo com Nascimento (2019), nesta situação compete indagar e compreender o envolvimento da contabilidade através de seus instrumentos e profissionais, com uma conjectura da essencialidade do diálogo da área contábil com esses empreendimentos cooperativistas. Nas cooperativas da agricultura familiar as decisões são tomadas de forma autogestionária, onde todos os cooperados têm participação no processo de decisões. Desse modo, é importante que a cooperativa tenha, também, autonomia na gestão dos custos.

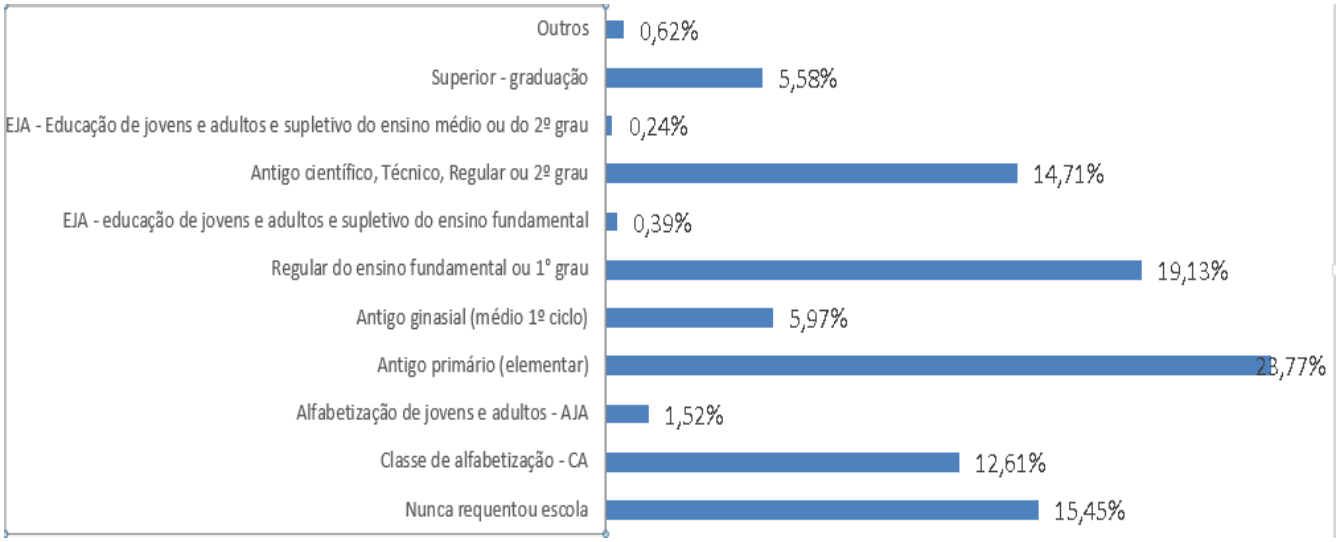
Entre as obras com o tema da gestão de custos, fica evidente que é uma metodologia desenvolvida para atender às empresas comerciais, de porte variados, cabendo ao cooperativismo o desafio de adaptar-se às metodologias e às suas necessidades gerenciais. Entretanto, a gestão de custos, aplicada às cooperativas da agricultura familiar, possui mais desafios de execução, pois muitos dos cooperados possui baixa escolaridade, o que dificulta a compreensão das informações que a gestão custos apresenta. Uma provável solução é uma educação cooperativa, uma vez que a educação cooperativista é essencial para a conscientização e valorização do ser humano e é uma ação democrática (SAFANELLI *et al*., 2011).

O contento da educação cooperativista vai de normas vigentes as quais devem ser interpretadas, para uma boa execução das mesmas, já que elas expressas os estatutos, regulamentos, acordos e

declarações que são os pilares da cooperativa para benefício dos associados e de suas comunidades (SAFANELLI *et al*., 2011).

Nas cadeias produtivas com as quais os agricultores familiares atuam, mesmo junto às cooperativas que são associados, a escolaridade é um fator importante no processo de gestão de custos (FONSECA, 2018). De acordo com o IBGE (2017), um grande número de agricultores da agricultura familiar possui baixa escolaridade como demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Escolaridade dos produtores agropecuários - Brasil



Fonte: IBGE (2017).

A baixa escolaridade pode ser um fator determinante quando se referente a falta de conhecimento e utilização da gestão de custos nos empreendimentos. A falta do uso da gestão de custos pode comprometer o gerenciamento dos empreendimentos cooperativos.

Conforme Baioto (2008) Os princípios do cooperativismo carecem de serem acatados como uma das prioridades de um empreendimento solidário que se propõe uma cooperativa. Além do exercício econômico e do registro legal, carece aplicar uma gestão voltada à eficiência socioeconômicas do empreendimento. Cabendo, nesse sentido, a educação cooperativista como um investimento (BAIOTO, 2008), pois este tipo de educação, pode proporcionar uma compreensão desses elementos que necessitam de um conhecimento específico para uma melhor compreensão, como a gestão dos custos por exemplo.

De acordo com Safanelli *et al*. (2011) para fazer com que a participação dos cooperados seja consciente e responsável, um constante processo de educação cooperativista é necessário. Por essa razão a educação/capacitação é um direito de qualquer cooperado. O que se mostra cada vez mais necessário é que a educação cooperativista é o melhor meio para a administração de qualquer cooperativa, porque exclusivamente com a participação consciente e responsável de todos os cooperados, a organização conquista estabilidade e se desenvolve socioeconomicamente, fruto de um processo autogestionário (SAFANELLI *et al* 2011).

O cooperativismo mostra-se ser sustentado por seus princípios que fortalecem o alcance dos objetivos econômicos e sociais da organização por meio da cooperação, e para alcançar resultados e continuidade da cooperativa, a educação cooperativista surge como forma de empoderar seus cooperados

além de fortalecer a estrutura da organização por meios democráticos que visam o bem-estar do cooperado (SAFANELLI *et al*. 2011) A autogestão e integridade gera uma boa imagem da cooperativa e a educação cooperativista trata-se de um processo contínuo para o alcance esses objetivos.

A educação cooperativista pode usar de diversos meios como: cartilhas informativas, programas para os novos cooperados, cursos de capacitação para os cooperados, treinamentos em diversas áreas, como gestão de custos e plano de ação por exemplo. Que são ferramentas importantes para garantir o desenvolvimento institucional promovendo a atividade do cooperado e fortalecendo a autogestão da cooperativa. Com isso a educação cooperativista desempenha um papel de educar os membros cooperadas sobre o funcionamento do sistema cooperativo informando seus direitos e deveres.

Levar conhecimento e orientar os cooperados que irão atuar como facilitador que trará a democrática e participativa interação entre cooperado e cooperativa contribuindo na elaboração de soluções para o desenvolvimento da organização. O tema gestão e custos e a sua utilização em cooperativas da agricultura familiar necessita de mais pesquisas, estudos e debates que apontem e levem em consideração a complexidade do tema e a natureza das cooperativadas que são formas organizacionais que se contrapõem às empresas convencionais.

Uma ampliação do debate sobre a gestão de custos, como utilizar em cooperativas da agricultura familiar, além do foco em educação cooperativista como fonte de conhecimento com ênfase no fortalecimento do cooperativismo, pode contribuir para as cooperativas da agricultura familiar e seus cooperados, pois qualquer organização que comercializam necessitam tornar-se cada vez mais competitiva, tendo bons produtos e serviços aliado a um preço justo, pauta essa que uma gestão de custo.

As cooperativas produzem uma serie de alimentos, que alimentam a milhões de pessoas diariamente no pais. Sendo um importante pilar econômico brasileiro, e é nesse contexto que as cooperativas necessitam de meios para tornar seus produtos e serviços mais competitivo, tornando a gestão de custo uma ferramenta importante para o alcance desses objetivos.

5 Considerações Finais

As cooperativas são vinculadas a um movimento que surgi da união de pessoas que querem somar, para crescer juntos, e agir de forma coletiva para gerar ocupação, renda, inclusão, educação, formação e informação, preservação do meio ambiente dentre outros. As cooperativas usam de princípios universais e aplicam esses ideais para o fortalecimento do cooperativismo.

As cooperativas comercializam produtos e serviços, que necessitam tornar-se cada vez mais competitivos. É importante para a cooperativa que comercializa produtos da agricultura familiar, conciliar redução de custos nos processos produtivos, mantendo a qualidade, além de conciliar o seu desenvolvimento com a sustentabilidade e oferecendo um preço justo ao consumidor. Cabendo a qualquer organização, a utilização da gestão de custos com objetivo de alcançar as metas desejadas por essas organizações.

Esta pesquisa buscou descrever a **importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar**. Frente ao cenário econômico torna-se muito importante entender o seu papel no desenvolvimento do país, além de observar quais fatores influenciam nas suas atividades econômicas e

como essas cooperativas podem utilizar os métodos de gestão de custos como forma de adaptação dos seus produtos e serviço no panorama competitivo do mundo moderno.

Foi observado que há uma necessidade de trabalhos acadêmicos com a temática importância da gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar, pois o tema Gestão de custo é uma atividade contábil comumente utilizada em empresas que tem por objetivo, analisa as informações de custos fixos e variáveis que ocorre durante o processo produtivo dessas organizações. Essas informações obtidas juntos aos sistemas de informações diversos auxilia no planejamento, controle e a tomada de decisão das organizações.

A gestão de custo é imprescindível para a sustentabilidade da organização a curto, médio e longo prazo. A gestão contribui para que organização funcione da forma adequada e responsável, colaborando na determinação do preço apropriado de produtos e serviços, maximizar a lucratividade, redução de despesas etc. Entre essas informações importantes que a gestão de custo pode gerar estão, rentabilidade e desempenho das atividades da organização, planejamento controle e desenvolvimento das diversas operações, foco em trabalhar procurando obter o melhor resultado possível, tomada de decisão eficiente entre outros. Sem a realização da gestão de custo a organização pode ter uma serie de dificuldade como por exemplo: a expansão de negócio, aumento de equipe, maior competitividade entre outros.

A gestão de custos e a utilização em cooperativas pode encontrar alguns possíveis obstáculos, como baixa escolaridade de muitos agricultores, a falta de uma educação cooperativista, a competividade com empresas convencionas e outras cooperativas do agronegócio, conciliar produção com os princípios do cooperativismo, redução de custos fixos e variáveis, qualidade dos produtos e serviço, etc. Contudo, são hipóteses que necessitam de pesquisas futuras para constatação dessas questões levantadas sobre a importância da **gestão de custos para as cooperativas da agricultura familiar,** já que essas cooperativas atuam no cenário econômico com grande participação na produção de produtos agropecuários que necessita de competitividade dos seus produtos e serviço.

Sendo sugerível o uso de métodos de gestão de custos, como uma importante ferramenta gerencial das suas atividades produtivas, com foco em minimizar os gastos e maximizar as sobras dessas cooperativas. Assim, permitindo a essas cooperativas conheça os seus custos fixos e variáveis, criando meios economicamente viáveis que permita unir os objetivos das cooperativas com a comercialização dos seus produtos e serviços.

Referências

ALVES, C. de, A.; **Agricultura familiar e gestão de custos: um estudo de caso na região do semiárido baiano**;: Dissertação, Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Centro de Ciências Agrárias, da Universidade Federal de São Carlos; Araras; 2010.

ALVES, L. A. AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: EXPRESSÕES DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO NO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO ENSINO FUNDAMENTAL I. **Geosul**, [*s. l.*], ano 2019, v. 34, ed. 71, p. 858-879, 2019.

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso**, Brasil, p. 194-208, 2013.

BACIC, M. J. Et, Al. Manual de técnicas e práticas de gestão estratégica de custos nas pequenas e médias empresas. São Paulo: Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo, 2011.

BAIOTO, C. D. **Educação Cooperativa Solidário**: Perspectivas e limites. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - 2008. Disponível em:http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2140/CarlosBaiotoCienciasSociais.pdf?sequence=1. Acesso em: 04 set. 2021

BENATO, J. V. A. **O ABC do cooperativismo**. 7. ed. São Paulo: OCESP, 2003.

BORGERT, A. *et al*. XV Congresso Brasileiro de Custos. **É o Custeio por Absorção o único método aceito pela Contabilidade?** Brasil, p. 1-16, 2008.

BRASIL. Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, v. 25, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm . Acesso em: 25 mar. 2021.

CAMPOS, G. R. Gestão de custos: a prática das cooperativas agropecuárias do estado do Paraná. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n.a, p. 95-109, jan./jun. 2016

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 53, n.1, p. 109-125, jan./mar, 2015.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. da. **As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n.1, p. 109-125, jan./mar, 2015.

COUTO, V. de A. *et al*. AGRONEGÓCIO & AGRICULTURAS FAMILIARES: crítica do discurso único para dois brasis. Separata de: AGRONEGÓCIO & AGRICULTURAS FAMILIARES. Crítica do discurso único para dois brasis: [*s. n.*], 2013. cap. 3, p. 1-94.

CORRÊA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços, lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes**. São Paulo: Atlas, 2002.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural uma abordagem decisória**. São Paulo: Atlas, 2016.

CUNHA, P. G. V. **BENEFÍCIOS DO COOPERATIVISMO AOS PRODUTORES DE LEITE: VISÃO GERAL**. 2015. 63 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) FACER FACULDADE DE CERES, Goias, 2015

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

ESTEVAM, D. de O. *et al*. Cooperativas rurais não patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do estado de Santa Catarina. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

FONSECA, M. H. da. **Gestão de custos na agricultura familiar na cidade de ponta grossa**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.

FRANCO, C.; *et al*. Análise das relações custo, volume e lucro (CVL) na agricultura: estudo multicaso na produção de soja em Diamantino/MT. **Custos e @gronegócio *on line*,** v. 11, n. 4, p. 167-188, 2015.

FREITAS, A. F. de, *et al*. **COOPERATIVISMO, AGRICULTURA FAMILIAR E O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**:. *In*: REFLEXÕES para uma agenda municipal de desenvolvimento sustentável. [*S. l.*: *s. n.*], 2018. p. 1-49.

GUERREIRO, R. **Estruturação de sistemas de custos para a gestão da rentabilidade**.
São Paulo: Atlas, 2011.
GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, R. As cooperativas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **IV CUMBRE COOPERATIVAS DE LAS AMÉRICAS**, Uruguai, p. 1-10, 18 nov. 2016.

GURA, A. **Gestão de Custos: Práticas utilizadas em propriedades rurais familiares**. Dissertação (Dissertação em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, p.106, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LEÃO, N. S. Formação de preços de serviços e produtos. São Paulo: Nobel, 2008.

MARTINS, A. **A Gestão de Custos e o Desenvolvimento Empresarial: Um Estudo de Caso na RGB Indústria Metalúrgica LTDA**. Dissertação (Dissertação em Administração Pública e de Empresas) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas do Rio de Janeiro, p.119, 2003.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 4. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural Brasileiro contemporâneo. Rev. Econ. NE, Fortaleza, Brasil, v 45, p.1-9, 13 maio, 2014.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. O PAPEL DO COOPERATIVISMO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Estudos do CEPE**, Brasil, p. 68-79, 2019. Estudos do CEPE [ISSN 1982-6729].

NASCIMENTO, S. A. M. do. **A UTILIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A GESTÃO DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NA CECAFES/RN.**, Natal, p. 1-64, 2017. Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 67-79, jan./jun. 2019. https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/index.

PASQUALOTTO, N. KAUFMANN. M. P. WIZNIEWSKY, J. G. agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. 1. ed. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM, 2019.

PLOEG, J. D. van der. Dez qualidades da agricultura familiar: Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2014.

SENS, Marcos Antonio *et al*. **Gestão de Custos**. Indaial: UNIASSELVI, 2011. 281 p. ISBN 978-85-7830-417-1.

SAFANELLI, A. dos S. *et al*. A EDUCAÇÃO COOPERATIVA: VALORIZAÇÃO DO SER HUMANO. **XI Colóquio Internecional Sobre Gestão Universitária da América do Sul**, Brasil, p. 1-14, 9 dez. 2011.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Embrapa Informação Tecnológica**, Brasilia - DF, ano 2008, n. 1, p. 1-73.

SAUSEN, J. a F. C. L. *et al*. O COOPERATIVISMO E SUAS PRIORIDADES INTERNACIONAIS E NACIONAIS NAS PERSPECTIVAS DO SEU FORTALECIMENTO E DOS ODS. **Revista Estratégia & Desenvolvimento**, Brasil, v. 04, n. 01, p. 1-18, 30 nov. 2020.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, A. J. H. da; SILVA, A. H. da. Protagonismo das Cooperativas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Reflexões Teóricas e Agenda de Pesquisa. **Desenvolvimento em Questão**, Campo Grande/MS, Brasil, p. 1-21, 28 out. 2020.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para discussão, 2015. ISSN 1415-4765. CDD 330.908.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P.; MACHADO, J. Economia socialista. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SISTEMA OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020**. 2020. Disponível em: http://novo.ocbes.coop.br/arquivos/PUBLICACOES/1608152662Anuario_2020-vf%20(1).pdf. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

SOUZA FILHO, H. M. de *et al*. GUIA PARA GESTÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR. **GESTÃO INTEGRADA DA AGRICULTURA FAMILIAR – GIAF**, Brasil, p. 1-30, 2004.

STEFFEN, A. J.; BÜTTENBENDER, P. L. COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO CRECAF1. **XIV seminário de Iniciação Científica XI Jornada de Pesquisa VII Jornada de Extensão**, Brasil, p. 1-2, 07-10 out. 2006.

WERNKE, R. **Gestão de Custos**: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004